

EDITORIAL

A ATUAÇÃO DO SETOR PRIVADO NO PLANEJAMENTO E NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS: IMPLICAÇÕES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO EDUCAÇÃO

Vera Maria Vidal Peroni
Elma Júlia Gonçalves de Carvalho

É com satisfação que trazemos a público mais um número da *Revista Teoria e Prática da Educação* (RTPE), que, assim, mantém a adequada periodicidade e cumpre a importante função de socialização de pesquisas realizadas no campo educacional por autores estrangeiros e brasileiros.

Este número é dedicado a um dossiê contendo artigos sobre a redefinição do papel do Estado e das fronteiras das relações entre o público e o privado no planejamento e na execução de políticas sociais, bem como sobre suas implicações para a democratização da educação. Tais artigos contribuem para a compreensão de que as mudanças nas fronteiras entre o público e o privado são parte do novo contexto de crise do capitalismo mundial atual, marcado, sobretudo, pela expansão e pelo fortalecimento do capital financeiro e pela globalização/mundialização da economia. Considera-se que, nesse novo contexto, o neoliberalismo, a terceira via, o neoconservadorismo e a flexibilização produtiva impulsionam a redefinição do papel do Estado, com profundas consequências para a democratização da educação.

Em comum, os autores destacam as inúmeras iniciativas de privatização da educação pública em curso no Brasil e na América Latina, alertando, igualmente, para seus efeitos. Evidenciam a tendência de transformação da educação em um campo propício para os negócios privados e que, segundo uma lógica mercantil, os interesses privados com ou sem fins de lucro têm influenciado ou definido a formulação de políticas, a gestão, o currículo das escolas, as condições de trabalho e a formação de professores.

Nos encaminhamentos políticos da atualidade, o termo privatização encontra-se relacionado a múltiplas e diferentes formas que, direta ou indiretamente, ao mesmo tempo em que se alinham às novas oportunidades de negócios e de lucro, têm influenciado as agendas, a tomada de decisões, a gestão pública e o processo de desencargo do Estado, que delega a outras instâncias grande parte de suas funções sociais.

As distintas formas de relação entre o público e o privado se materializam por meio tanto da execução quanto da direção de políticas educacionais. Fica enfatizado nos artigos que o Estado é um campo de correlação de forças entre as classes sociais e de confrontação entre projetos societários e educacionais distintos. Enfatizamos ainda que, no contexto atual, em face do crescente protagonismo de grandes corporações empresariais, com claro suporte do setor financeiro na disputa pela apropriação dos fundos públicos e na direção da educação pública, é necessária e premente a reafirmação da coletivização das decisões na definição de políticas e da responsabilidade do Estado na execução de políticas universais, ou seja, de se fortalecer a dimensão pública do Estado e da educação.

Nessa perspectiva, com seus dados e suas análises, os diversos autores chamam a atenção para os diferentes formatos de atuação privada no planejamento e na execução das políticas sociais e, assim, contribuem para o debate a respeito de suas profundas consequências para a democratização da educação e para a consolidação dos direitos sociais.

No artigo que abre o número *On the capitalisation of schools in England*, Glenn Rikowski analisa as intenções de ‘capitalização’ das escolas, faculdades e universidades na Inglaterra e esclarece que o conceito de ‘aquisição de escolas pelas empresas’ está relacionado a outros conceitos, como os de privatização e de mercantilização da educação. Ao abordar as diferentes formas aquisição de escolas pelas empresas na Inglaterra, o autor revela que o grande interesse, mais do que o da privatização direta, é transformar a receita do Estado em lucro privado por meio de uma privatização indireta (execução, gerenciamento, construção, manutenção ou patrocínio de escolas). Ou seja, em sua essência, nesse processo de aquisição das escolas pelas empresas, as operadoras privadas não estão realmente interessadas em possuir escolas públicas, mas tornar a administração de escolas um fim lucrativo. Mais do que isso, as próprias escolas, com algumas semelhanças óbvias com os empreendimentos comerciais convencionais, tornam-se empresas ou geram empresas derivadas para promover e comercializar seus próprios serviços e produtos. Assim, gradualmente, os serviços educacionais têm se tornado mercadorias, ou seja, envolvem progressivamente a geração de valor e mais-valor.

Em *Repensando la idea de privatización educativa: lecciones del caso chileno*, Victor Orellana C. e Cristián Bellei C. problematizam o debate entre o público e o privado, analisando, no contexto das mudanças neoliberais vivenciadas no Chile nas últimas décadas, como o pensamento econômico condiciona os debates no campo na educação. Afirmam que a discussão fica limitada à seguinte questão: esse bem econômico é mais eficiente se for administrado pelo Estado ou se for administrado por particulares? Com essa condução, os debates contribuem para aceitação do caráter comercial e da natureza econômica da educação. Almejando apreender a totalidade e a complexidade dos processos de privatização e de mercantilização educacional, os autores exploram os limites e as possibilidades do conceito de privatização oculta que afeta a educação pública. Para eles, a polaridade fundamental não é entre mercado e Estado, mas entre valor e política. Concluem que a identificação entre educação e política leva à compreensão de que o grande adversário da privatização não é o Estado, mas a democracia.

O artigo de Valdemar Sguissardi, *Les missions de l'universite, pami lesquelles l'extension universitaire ou la troisieme mission, face aux enjeux de la marcheisation/marchandisation*, tem por objetivo discutir o conceito de “terceira missão” da universidade. O autor se apoia no conceito de extensão universitária e analisa os desafios do setor em tempos de mercadização e de mercantilização das instituições de educação superior (IES), universitárias ou não. Explora, inicialmente, os conceitos de mercadização e de mercantilização das instituições de educação superior, evidenciando a distinção entre ambos. Em seguida, identifica o contexto histórico, econômico e político da produção desses dois fenômenos e destaca a missão da universidade e/ou da educação superior ao longo de sua história. Por fim, problematiza os desafios das missões dessas instituições no atual contexto, particularmente no que diz respeito à extensão universitária ou “terceira missão”.

Elma Júlia Gonçalves de Carvalho e Vera Maria Vidal Peroni abordam *A crescente influência do empresariado na elaboração e na execução de políticas públicas para a educação básica*

brasileira: Um estudo sobre os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs). Analisando a reconfiguração do regime de colaboração entre os entes federados na organização dos sistemas de ensino público por meio do modelo de Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), as autoras, com base na experiência do ADE-Granfpolis, evidenciam como ocorre a crescente influência do empresariado na formulação de políticas para a educação básica pública brasileira, bem como a atuação direta de empresas privadas com ou sem fins de lucro na gestão da educação pública.

No artigo intitulado *Privatização das creches em São Paulo e seus efeitos sobre a qualidade da oferta*, Dalva de Souza Franco, Cassia Alessandra Domiciano e Theresa Adrião analisam o movimento de aprofundamento da oferta de vagas às crianças de zero a três anos por meio de instituições privadas conveniadas com a Prefeitura Municipal de São Paulo, no período de 2002 a 2012, ou seja, nos dez primeiros anos da transferência das creches para os sistemas municipais de ensino. Comparando os insumos previstos no Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) nas dimensões: estrutura e funcionamento; trabalhadores e trabalhadoras; gestão democrática e acesso e permanência, as autoras analisam a qualidade do atendimento educacional nas creches públicas e nas conveniadas e revelam a superioridade das primeiras em relação às segundas.

As Parcerias público-privadas e Ensino Médio do Campo no Pará: a presença que SOME na interatividade proposta pelo SEI é o título do artigo de Dalva Valente Guimarães Gutierrez e José Mateus Rocha da Costa Ferreira. Centrando-se nas populações do campo (indígenas, assentados, quilombolas e ribeirinhos) no estado do Pará, os autores analisam a proposta de substituição do ensino médio presencial, ofertado por meio do Sistema Modular de Ensino Médio (SOME), pelo ensino a distância, a ser ofertado pelo Sistema de Ensino Interativo (SEI). Essa proposta surgiu em 2013, quando, em decorrência do 'Pacto pela Educação no Estado do Pará', as parcerias público-privadas na rede pública estadual de ensino paraense passaram a ser amplamente fomentadas com financiamento obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No texto, são destacados os interesses do governo do estado e do setor privado, bem como a resistência de parte da sociedade diante da ameaça de supressão de direitos à educação para as populações do campo.

Em *Relações entre o público e o privado: a Base Nacional Comum Curricular em debate*, Maria Raquel Caetano discute o conteúdo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para tanto, mapeia e problematiza os agentes individuais e coletivos que, ligados ao mercado e alinhados à atual política do Banco Mundial, particularmente a 'Estratégia 2020 para Educação: Aprendizagem para Todos', influenciaram a construção e a implementação da proposta. Dentre as instituições privadas que orientam a execução da política educacional brasileira, a autora destaca a Fundação Lemann e o Instituto Ayrton Senna.

Em *Redes de influência em políticas educacionais: o avanço neoconservador e neoliberal em cena*, Maria Eloísa da Silva, Simone Gonçalves da Silva e Iana Gomes Lima, analisam redes políticas, nas quais aparecem as novas formas de governança, as novas relações de poder e o avanço neoconservador e neoliberal na constituição da agenda educacional e nas reformas educativas no contexto brasileiro. Para ilustrar e problematizar as redes de influência na política educacional, as autoras abordam a rede do Movimento pela Base Nacional Comum e a política posta em prática na rede estadual de ensino no estado de Mato Grosso. Assim, abordando a parceria entre o governo do estado, a Falconi - Consultores de Resultados e o Centro de Políticas

Públicas e Avaliação da Educação (CAED) da Universidade Federal de Juiz de Fora, exploram seus efeitos sobre a gestão, o currículo e o trabalho docente nas escolas.

Daniela de Oliveira Pires e Adriano Pires de Almeida, em *Relações entre o público e o privado no processo de elaboração do ProJovem Urbano*, examinam as parcerias entre o governo federal na gestão de Lula da Silva e Dilma Rousseff, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a formulação e a implementação do ProJovem Urbano. Concentrando sua análise na contextualização da política nacional voltada para a juventude no período de 2008 a 2014, observam a disputa entre projetos do setor empresarial e de movimentos e organizações juvenis na elaboração do ProJovem Urbano, bem como as ações para a implementação do Programa.

Em *Parceria público-privada no município de Campo Grande: o caso da organização mundial para a educação pré-escolar (OMEP)*, Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Solange Jarcem Fernandes e Andressa Gomes de Rezende Alves analisam a parceria entre o município de Campo Grande e a Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP) no período de 1986 a 2017. As autoras abordam o protagonismo da entidade filantrópica internacional no atendimento da educação infantil (creches e pré-escolas) no município, a Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Estadual (MPMS) contra a OMEP, que demandou Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa em relação às execuções dos convênios e contratos contra os três últimos prefeitos, o encerramento da parceria em 2017 e as consequências fundamentais para o direito à educação infantil pública de qualidade.

Conclui o dossiê o artigo *Educação na lógica do mercado: reflexos sobre as falas dos profissionais da escola*, Elita Betania de Andrade Marins apresenta resultados de sua pesquisa sobre a percepção que professores e gestores de escolas públicas de Minas Gerais têm das políticas educacionais e sobre como estas transformam suas práticas. De sua perspectiva, a reforma do Estado brasileiro, marcada por ideias neoliberais, redesenhou as políticas educacionais desenvolvidas desde a década de 1990 e influenciou as ações no cotidiano da escola. Pautando-se nas contribuições da 'abordagem do ciclo de políticas' formulada por Stephen Ball e Richard Bowe e na análise de discurso de Fairclough, a autora destaca a presença de discursos marcados pela lógica de mercado e empresarial e mostra que ideias como iniciativa individual, desempenho, concorrência e mérito estão associadas à compreensão de qualidade educacional.

Para finalizar, manifestamos nossos agradecimentos aos autores, pareceristas *ad hoc* e outros colaboradores desta edição e desejamos a todos uma boa e proveitosa leitura dos artigos que compõem este dossiê.

As Editoras